

## **O inconsciente a céu aberto da psicose**



## **Transmissão da Psicanálise**

diretor: Marco Antonio Coutinho Jorge

COLETTE SOLER

# O inconsciente a céu aberto da psicose

Tradução:  
VERA RIBEIRO

Consultoria:  
MARCO ANTÔNIO COUTINHO JORGE



**ZAHAR**

Jorge Zahar Editor

Rio de Janeiro

Título original:  
*L'Inconscient a ciel ouvert de la psychose*

Tradução autorizada da primeira edição francesa,  
publicada em 2002 por Presses Universitaires du Mirail,  
de Toulouse, França

Copyright © 2002, Presses Universitaires du Mirail

Copyright da edição em língua portuguesa © 2007:  
Jorge Zahar Editor Ltda.  
rua México 31 sobreloja  
20031-144 Rio de Janeiro, RJ  
tel.: (21) 2108-0808 / fax: (21) 2108-0800  
e-mail: jze@zahar.com.br  
site: www.zahar.com.br

Todos os direitos reservados.  
A reprodução não-autorizada desta publicação, no todo  
ou em parte, constitui violação de direitos autorais. (Lei 9.610/98)

Capa: Mariana Newlands  
Ilustração da capa: Michelangelo Buonarroti, ca. 1545-1560  
© Arte & Immagini srl/Corbis/Latinstock

CIP-Brasil. Catalogação-na-fonte  
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

---

S672i Soler, Colette, 1937-  
O inconsciente a céu aberto da psicose / Colette Soler; tradução, Vera Ribeiro;  
consultoria, Marco Antônio Coutinho Jorge. — Rio de Janeiro: Jorge Zahar  
Ed., 2007.

-(Transmissão da psicanálise)

Tradução de: *L'inconscient a ciel ouvert de la psychose*  
ISBN 978-85-378-0020-1

1. Esquizofrenia. 2. Paranóia. 3. Melancolia. 4. Psicoses. I. Título. II. Série.

# Sumário

## ■ ■ ■ INTRODUÇÃO

**A psicose: uma problemática, 11**

**Os fenômenos perceptivos do sujeito, 23**

Inconsciente e percepção, 23 | A polêmica, 26 | A tese, 32

## ■ ■ ■ A VARIEDADE DA PSICOSE

**Estrutura e função dos fenômenos erotomaníacos da psicose, 41**

Problemática, 41 | Um pouco de história, 42 | A estrutura da posição erotomaníaca, 45 | A ambigüidade da fórmula erotomaníaca 45 | O exemplo de Schreber, 46 | Eroticomania e erotomania propriamente dita, 49

**Inocência paranóica e indignidade melancólica, 52**

Os paradoxos do sentimento de culpa, 53 | A recusa da Coisa, 56 | O peso da Coisa, 59

**Autismo e paranóia, 63**

O fora-do-discurso de Schreber, 63 | O problema do tratamento, 65 | A inclusão no Outro, 67 | A criança autista e o Outro, 69 | Que Outro?, 71 | O corpo, 72 | Uma doença da libido, 74 | O corpo regido pelo significante, 76 | Que lugar para o analista?, 78

**A mania: pecado mortal, 81**

O debate com a psiquiatria, 81 | O malogro de Freud, 83 | Uma tese ímpar, 88 | O rechaço do inconsciente, 91 | Uma variante do retorno no real, 93 | A excitação maníaca, 95

## **A experiência enigmática do psicótico, de Schreber a Joyce, 97**

A estrutura da experiência enigmática 100 | As variações da experiência enigmática 104 | A experiência enigmática da morte 105 | A experiência enigmática da linguagem 112 | O gozo enigmático 113

## **O dito esquizofrênico, 116**

O dito esquizofrênico 116 | A linguagem de órgão 117 | O fracasso da simbolização 118 | O significante real 120 | Os fenômenos corporais 122

## **■ ■ ■ O PSICÓTICO E O ANALISTA**

### **Marlène, 127**

#### **Uma grande caminhada: sobre o caso Robert, de Rosine e**

#### **Robert Lefort, 134**

Um desafio ao real 134 | Da oferta ao saber suposto 136 | Um outro sem alteridade 137 | O nome de um furo real 140 | Uma dialética engajada 141 | A retificação do outro 142 | Um Outro que fala 144 | Efeito de recalçamento 146 | A dor de existir 147

#### **Diagnóstico: Marion Milner e o caso Suzanne, 149**

Conceituar o indizível 152 | A despreocupação diagnóstica 156 | A rememoração 160 | A feminilidade 164 | A falha 167 | O tratamento 170 | O retorno da mensagem 174 | Um ambiente divino 177 | A nuvem de desconhecimento 180

## **■ ■ ■ A PSICOSE EM AÇÃO**

### **O trabalho da psicose, 185**

#### **Estabilização da psicose, 193**

#### **Um olhar sobre o paranóico, 209**

#### **A constelação familiar de um paranóico de gênio, 220**

#### **Jean-Jacques Rousseau e as mulheres, 227**

A questão da sexuação 228 | O empuxo-à-mulher 229 | Três mulheres 232 | O único amor 239 | Anatomia de uma paixão 244

### **Para Concluir, 252**

#### **Notas, 255**

## **Nota**

Um mesmo objetivo perpassa os textos reunidos neste volume, produzidos pela autora quando era membro do Campo Freudiano: estudar a tese principal de Lacan sobre a psicose, aprender com ela, verificar sua consistência, submetê-la ao teste da clínica e avaliar seu alcance e seus limites.

..... **A psicose em ação**



## O trabalho da psicose<sup>1</sup>

Ao decifrar Schreber, Freud reconheceu no delírio uma tentativa de cura, a qual confundimos, no dizer dele, com a doença. Daí a necessidade de distinguir, no próprio seio da psicose, os fenômenos primários da doença e as elaborações que se acrescentam a eles, e pelas quais o sujeito reage aos fenômenos de que padece.

Dizer “trabalho da psicose”, tal como se diz “trabalho da transferência” no caso da neurose, é também marcar uma diferença fundamental entre neurose e psicose. Essa diferença é consequência de uma outra, entre o recalçamento, mecanismo linguageiro que Freud reconheceu na base do sintoma neurótico, e a forclusão, promovida por Lacan como a causa significativa da psicose. Se o trabalho da transferência supõe a ligação libidinal com um Outro feito objeto, no trabalho do delírio é o próprio sujeito que se encarrega, solitariamente, não do retorno do recalçado, mas dos “retornos no real” que o abatem. Se não existe auto-análise do neurótico, o delírio, por sua vez, é de fato uma auto-elaboração, na qual se manifesta de maneira evidente o que Lacan chama de “eficácia do sujeito”. O delírio, é claro, não constitui a única manifestação: o fato de falarmos de pré-psicose, antes do desencadeamento, e de eventuais estabilizações, depois dele, indica bem que a forclusão é passível de ser compensada em seus efeitos, sob formas que não se reduzem unicamente à elaboração delirante.

Para o psicanalista, a questão é saber se esse trabalho da psicose pode inserir-se no discurso analítico e, em caso afirma-

tivo, de que modo. Certamente, estamos seguros da pertinência de nossos referenciais estruturais concernentes à psicose — os próprios psiquiatras começam a se aperceber disso, às vezes —, e sabemos que os psicanalistas formados no ensino de Lacan não se recusam a enfrentar a psicose, mas resta saber por qual operação. Mais exatamente, será que o ato psicanalítico é suscetível de ter uma incidência causal no autotratamento do real, como a tem no trabalho da transferência? E será que existe pelo menos uma afinidade entre o foco, os efeitos dele e os próprios objetivos do tratamento analítico? Em outras palavras, haverá ao menos uma simpatia entre a ética do bem-dizer e a ética do sujeito psicótico?

Primeiro preciso atravessar a fronteira entre a doença propriamente dita e as tentativas de solução, entre o psicótico que é “mártir do inconsciente”, como diz Lacan, e o psicótico eventualmente trabalhador. Dizê-lo “mártir do inconsciente” é outra maneira de designar o retorno no real daquilo que foi foracluído do simbólico, e que se impõe ao sujeito, para seu tormento e sua perplexidade, em fenômenos que os psiquiatras clássicos já haviam reconhecido, muitas vezes, mas sem apreenderem sua estrutura.

Captamos a lógica desse retorno no real quando percebemos que há uma solidariedade entre a eficácia do Nome-do-Pai, a constituição do simbólico, no sentido da cadeia significante, e uma limitação de gozo que Freud discerniu com as idéias de objeto perdido e, em especial, de castração. Do mesmo modo, a forclusão é solidária do significante no real — o que não quer dizer apenas o significante no percepto alucinatorio, porém, em termos mais gerais, o significante que surge sozinho, fora da cadeia do sentido — e de emergências correlatas de gozo. Nesse sentido, o fato de Lacan haver postulado, com a idéia de forclusão, a causalidade significante da psicose — a qual, aliás, não deixa de implicar uma responsabilidade do sujeito — não impede que ela continue a ser para nós o que já era para Freud: uma doença da libido.

O trabalho da psicose será sempre, portanto, uma maneira de o sujeito tratar os retornos no real, de efetuar conversões que civilizem o gozo até torná-lo suportável. Do mesmo modo que podemos fazer a clínica diferencial dos retornos no real, conforme se trate de paranóia, esquizofrenia ou mania, podemos diferenciar as referidas soluções.

As mais identificáveis são as que se servem de um simbólico de suplência, que consiste em construir uma ficção diferente da ficção edipiana e em levá-la a um ponto de estabilização, obtido pelo que Lacan situou, em certa época, como uma metáfora de suplência: a metáfora delirante. Que faz Schreber senão construir uma versão do casal original diferente da versão paterna, na qual o gozo excessivo encontra um sentido e uma legitimação na fantasia de procriação de uma humanidade futura? Ele inventa e sustenta, por sua simples resolução, uma “ordem do universo” que é curativa das desordens do gozo cuja experiência ele sofreu, e, ali onde o Nome-do-Pai foracluído não promove a significação fálica, advém uma significação da suplência: ser a mulher de Deus, com a vantagem de que o gozo desde então consentido localiza-se na imagem do corpo, e com a diferença de que a significação de castração do gozo é excluída, em prol de um gozo da relação com Deus que rumo para a infinitude. Há uma única restrição: essa infinitude não é atualizada — ainda não —, mas adiada para o infinito.

A mesma solução, que consiste em cobrir a coisa com uma ficção apensa a um significante ideal, funciona em muitos casos, mas não exige forçosamente a inventividade delirante do sujeito. Creio que ela fornece, por exemplo, a chave de muitas concessões ou de muitas das chamadas frases soltas da melancolia. Elas são apresentadas como enigmas, na maioria das vezes, por sua subitaneidade e também por sua reversibilidade. Mas uma abordagem metódica revela quase sempre que essas guinadas inesperadas são efeitos da regência inesperada de uma significação ideal, que permite novamente ao sujeito deslizar sob o significante que fazia seu mundo sustentar-se. Só que,

nesse caso, em geral isso não resulta de um trabalho do sujeito — faz muito tempo que os psiquiatras assinalaram a resistência do sujeito melancólico à elaboração —, porém é efeito, mais freqüentemente, de uma *tikhê*, de um encontro que vem corrigir o da perda desencadeadora. Ali, o sujeito não inventa, mas toma emprestado do Outro, quase sempre materno, um significante que lhe permite, pelo menos por algum tempo, cobrir com um ser de pura conformidade o ser imundo que ele tem a certeza de ser.

Civilizar a coisa pelo simbólico é também a via de algumas sublimações criacionistas. A promoção do pai é uma delas, aliás, como dizia Lacan em seu seminário sobre *A ética...* Assim, é concebível que essas sublimações sejam particularmente convocadas na psicose, como provam tantos nomes conhecidos: Joyce, Hölderlin, Nerval, Rousseau, Van Gogh etc. Nem todas as sublimações são do mesmo tipo, mas as que provêm da construção de um novo simbólico têm uma função homogênea ao que é o delírio para Schreber. Vejam Jean-Jacques Rousseau, por exemplo, ao forjar suas ficções sucessivas. Primeiro ele é pensador político — desde o *Discurso sobre a origem* até *O contrato social* —; depois, romancista do amor, com *A nova Heloísa*;<sup>2</sup> depois educador, com *Emílio*; e até Pigmalião de si mesmo, por fim, com suas *Confissões*. Na totalidade dos casos, a um tempo crítico e inovador, ele retificou os ideais e os renovou, tratou da desordem do mundo — da sociedade, dos costumes, do indivíduo —, e se encarregou da retidão da ordem social, do casal sexual e do indivíduo para barrar o gozo nocivo e pervertido do homem civilizado. Essa empreitada culminou em *Emílio*, que quase o tornou pai do novo homem e que, sem dúvida por isso, precipitou-o no delírio efetivo.

Há outros tipos de solução que não usam o simbólico, mas procedem a uma operação real sobre o real do gozo não aprisionado na rede da linguagem. Assim é a obra — pictórica, por exemplo —, quando ela não joga com o verbo, mas parteja *ex nihilo* um objeto novo, sem precedentes — razão por que a obra

é sempre datada —, no qual se deposita um gozo que é transformado até se tornar “estético”, como se diz, enquanto o objeto produzido impõe-se ao real.

É aí que encontramos o paradoxo Joyce: ele logra fazer a mesma operação com a própria literatura. Essa arte, que dentre todas é a mais incluída no registro do simbólico, ele consegue fazer passar para o real, isto é, para o fora-do-sentido. É uma grande proeza, sem dúvida. Vemos sua diferença em relação a toda a literatura. O Outro do sentido, Joyce não o retifica, como faz Rousseau, por exemplo, mas o assassina. Suas *Epifanias* são paradigmáticas nesse aspecto. Essas frases curtas, retiradas do contexto que lhes daria alguma significação, esses restos de discurso que brilham de não-senso, atestam uma operação que não deixa de ter afinidade com a de um Wolfson. Essa operação funciona com a linguagem de tal maneira que o Outro se descobre evacuado dela, além de proceder a uma verdadeira foracclusão do sentido, que é, ao mesmo tempo, uma letificação do significante pela qual ele se transforma em átomo de gozo... real.

Na mesma via do tratamento do real pelo real, encontramos as passagens ao ato automutiladoras e heteromutiladoras. Elas são totalmente antinômicas da sublimação criacionista, mas nem por isso a excluem. Vejam Van Gogh, que, prestes a parir uma de suas obras-primas que nos deslumbram, cortou na carne viva seu corpo e sua imagem, a qual tornou dissimétrica, para se fazer o homem da orelha cortada. Essa orelha a menos, como em muitos outros atentados da psicose — cf. neste volume capítulo sobre o menino lobo de Rosine e Robert Lefort —, realiza em ato, quase a título de suplência, o efeito maior do simbólico, isto é, seu efeito de negativização do vivo. Do ataque posto em ato no próprio corpo, ou também na imagem do semelhante, da agressão mutiladora até o suicídio ou o assassinato, a mutilação real emerge à proporção da falta de eficácia da castração, a um ponto em que às vezes adquire importância diagnóstica.

Ilustrarei isso com um caso exemplar, que tive a oportunidade de conhecer antes que surgissem, de maneira evidente

para todos, os sinais patognomônicos de sua psicose. Trata-se de uma mulher. Durante quase dez anos, ela estivera nas mãos dos médicos por causa de uma doença grave, chamada saturnismo, que a fizera beirar a morte em várias ocasiões e lhe deixara seqüelas importantes. Interrogada durante anos, ela nunca tinha dito uma palavra sobre a causa, a qual revelou, um dia, para sua própria surpresa, durante uma nova consulta: ela ingeria chumbo, que obtinha roendo fios elétricos.

Sobre seus auto-atentados, conseguiu dizer apenas uma coisa, repetida como um leitmotiv: eu queria morrer. Desde quando? Desde os dez anos de idade, ou seja, desde a morte de sua mãe, que sofrera de um câncer desde que a filha tinha cinco anos. Antes dos cinco anos, no dizer dela, era o paraíso, e só lhe restara dessa época uma única lembrança, na qual ela se via enroscada no colo da mãe. A reação melancólica poderia ser evocada, é claro, se não faltasse radicalmente no discurso dessa pessoa qualquer toque de tristeza, qualquer sentimento de perda, e mais ainda de culpa, em prol da afirmação repetida, sem o menor afeto aparente, de uma pura vontade de morte. Depois se descobriu, além das situações em que ela pusera a vida em jogo, as quais tinham sido reais, porém fracassadas, um impulso para o assassinato, o qual, no cômputo geral, tinha sido mais eficaz.

Desde os oito anos, ocorrera-lhe a idéia de fazer a mãe doente ingerir algum medicamento definitivo. Muitos anos depois, casada, ela colocava soníferos sub-repticiamente no café do marido. Enfermeira por profissão, esteve na origem da morte de um doente idoso, a quem — deliberadamente — havia administrado uma dose excessiva. No momento da entrevista, ela disse saber que seu filho estava ameaçado, e um dia, matou por envenenamento o gato de estimação dele. Esclareceu que se tratara de um impulso súbito e inexplicável, porque, em suas palavras, “eu gostava daquele gato”. Então, por quê? Ela só pôde responder: “Eu o vi.” E depois: “Era ele ou eu.” Mais tarde, disse ainda: “Era ele ou meu filho.” Aí vemos funcionar em ato uma

espécie de *fort-da* da vida e da morte, tanto do sujeito quanto de seus objetos. O que importa aqui não é tanto o caráter ir-reprimível do ato, que também seria encontrado em algumas passagens ao ato da neurose, sobretudo a obsessiva, mas o fato de que o sujeito não apenas não consegue se dar conta do ato, como também sequer se considera responsável. Como que indiferente à gravidade desses atos, ela só conseguia enumerá-los, sem jamais problematizá-los, e tomando-os por alheios a si mesma. Essa pessoa era habitada por uma necessidade quase pré-subjetiva de negativizar o ser-aí e, mais precisamente, de perder um objeto que era como que excessivo. É que, quando o objeto não é chamado como complementação da falta fálica, quando é apenas o duplo especular do sujeito, ele funciona por exclusão e se torna, para o sujeito, sinônimo de morte. Compreende-se que um objeto assim, que, longe de fundar um vínculo social, ataca-o, deixa pouca margem para o psicanalista.

Os diversos tratamentos do real que acabo de evocar, seja pelo simbólico, seja pelo real da obra ou do ato, evidentemente não se equivalem aos olhos do psicanalista: o último deles quase o exclui, e o segundo o torna supérfluo.

Com efeito, o ato negativizador encalha, ao mesmo tempo, nos limites da legalidade, como tratamento impossível de ser sustentado pelo Outro social, e em seus próprios limites, não tendo outro futuro senão sua repetição. Quanto às produções artísticas, quando atingem um bem-inventar, não contradizem o imperativo de elaboração da análise, mas, ao inverso do bem-dizer que se desenrola no dizer entre-dois do analisando e do intérprete, e que é como que produto do vínculo analítico, são feitas solitariamente e tornam a análise supérflua. Resta o bem-pensar das elaborações simbólicas, quando conseguem compensar a carência da significação fálica, e em relação às quais a questão é saber que papel causal o analista pode desempenhar.

Uma coisa é certa, em todo caso: se o analista acolhe a singularidade do sujeito psicótico, como a de qualquer outro sujeito, não é como agente da ordem, e a sugestão não é o instru-

mento que ele usa. Entretanto, quando ele se dispõe a escutar e a suportar aquele que não é escravo da lei fálica, resta-lhe ainda medir os riscos que ele assume em cada caso, tanto para si mesmo quanto para outras pessoas.